

O ENSINO DE GEOGRAPHIA, CHRONOLOGIA E HISTORIA NO LYCEU ALAGOANO

Ivanildo Gomes dos Santos
UFAL
ivanildo.santos@cedu.ufal.br

1 INTRODUÇÃO

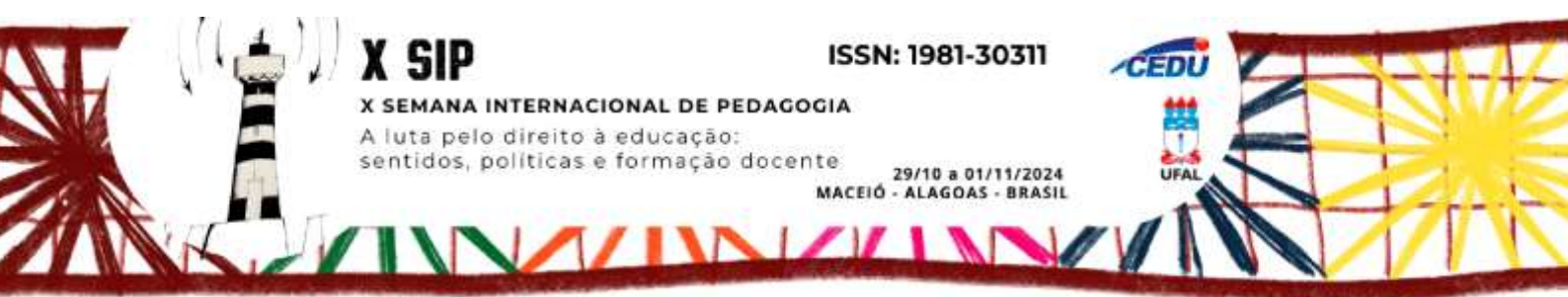
Quando da criação do Liceu Provincial, em 1849, foi instituída a cadeira de Geographia, Chronologia e História. Entretanto, a Cronologia e a História estavam, de certa forma, subordinadas ao ensino da Geografia. Tal dependência pode ser comprovada, por exemplo, pela quantidade de manuais, textos e compêndios de geografia publicados por autores alagoanos, os quais eram utilizados para o ensino da cadeira. Dentre essas obras destaco: *Opúsculo da Descrição geographica e topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à provincia das Alagôas no Império do Brazil* (1844), de Antônio Joaquim Moura; *Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da provincia das Alagoas* (1860) e *Elementos de Geographia e Cosmographia oferecidos a mocidade alagoana* (1874), ambos de Thomaz do Bomfim Espíndola; e *Compendio de Geografia e Cosmografia* (1890), de Manuel Balthazar Pereira Diégues Júnior¹.

Importante salientar que, assim como a língua e a religião, a Geografia estava no bojo do aparato simbólico indispensável para a tessitura da unidade nacional. Por isso, seu ensino era indispensável, essencialmente em um país com extensões continentais como o Brasil, uma vez que a concepção de território, à época, era frágil. Além disso, não é demais lembrar que a Geografia era uma ciência muito próxima do que almejavam os positivistas, qual seja, aquela capaz de descrever, demonstrar e evidenciar fatos, tornando-a assim uma ciência que serviria de exemplo para as demais áreas das humanidades.

Conforme notas das acta das sessões do Lyceu de 1858 e 1859², os compêndios utilizados para a cadeira nos primeiros anos da criação do Liceu foram: o Compêndio de Justiniano José da Rocha; o Compêndio de Julio Frank; e o Compêndio de José Saturnino da Costa Pereira.

¹ Essas obras estão disponíveis na íntegra no site do Grupo de Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura, através do link: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/obras.html>.

² Arquivo Público de Alagoas. Nota extraída da acta da sessão do dia 30 de janeiro de 1858. Cx. 0064; Arquivo Público de Alagoas. Nota extraída da acta da sessão do dia 31 de janeiro de 1859. Cx. 0059



2 OBJETIVOS

- Analisar as obras de *Geographia*, *Chronologia* e *Historia* utilizadas no Lyceu Alagoano no século XIX.
- Destacar os saberes que eram ensinados na cadeira.
- Ponderar a respeito do tipo de formação que era oferecida a juventude alagoana no século XIX a partir da cadeira estudada.

3 METODOLOGIA

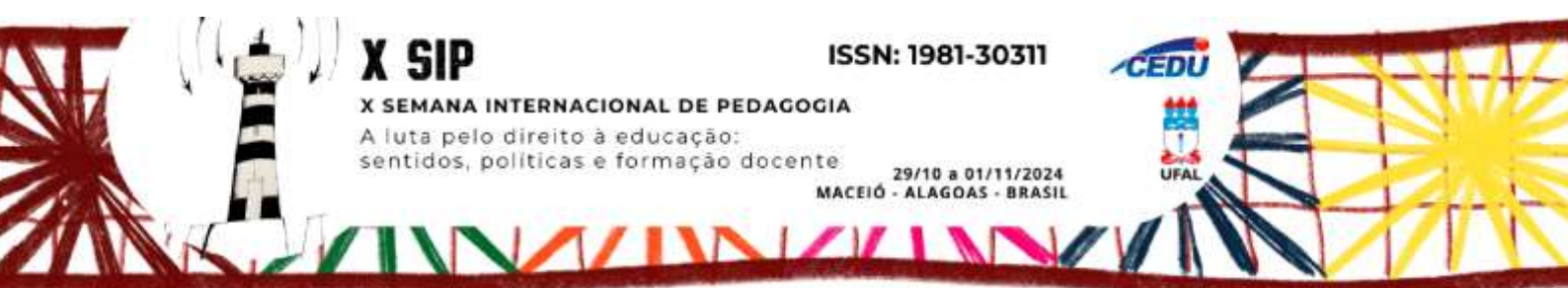
A história e, conseqüentemente, a história da educação, é (re)construída a partir dos vestígios preservados, pois é justamente da relação do historiador com as suas fontes que se constrói o conhecimento histórico. Essas são matérias-primas indispensáveis para a reconstituição do passado, e, portanto, para operação historiográfica. Assim, para o desenvolvimento de suas pesquisas, o historiador recorre aos arquivos onde estão salvaguardados e preservados os testemunhos do passado, afinal “[...] ‘ir aos Arquivos’ é uma lei tácita da história [...]” (De Certeau, 1982, p. 85) porque dele ficamos à mercê para as nossas ponderações. Assim, a busca e a localização das fontes nos arquivos, as técnicas de (re)copiar, transcrever ou fotografar os documentos utilizados fazem parte do conjunto de práticas e técnicas do ofício próprio do historiador e do historiador da educação.

Tento em conta esta premissa, para realização desta pesquisa buscou-se localizar as fontes nos arquivos físico de Alagoas (Arquivo Público de Alagoas, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e Biblioteca Pública de Alagoas), bem como em repositórios digitais, como a Hemeroteca Nacional e o site do Grupo de Estudo e Pesquisa, História da Educação, Cultura e Literatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos primeiros compêndios utilizados no ensino *Geographia*, *Chronologia* e *Historia* utilizadas no *Lyceu* Alagoano no século XIX foi o de Justiniano José da Rocha (1811-1864), que foi o primeiro professor de História do Colégio de Pedro II.

No prefácio do primeiro volume de *História Universal*, Rocha (1860) afirma que sua finalidade em escrever o texto de história universal era substituir os extensos compêndios franceses, “ouriçados” de datas e marcados pelo patriotismo gálico, com excessivas informações sobre merovíngios e carolíngios. Criticava ainda o autor as obras francesas, porque davam a entender que a história universal gravitava ao redor daquele país, ou que nele estavam as luzes do mundo civilizado cristão. Conforme Rocha (1860, n.p.)



os compêndios francezes têm gravíssimos defeitos. Escriptos pelo patriotismo, a bem da exaltação e do engrandecimento da França, não hesitam em apresentar todos os factos históricos como determinados pela influencia franceza: todos os povos gravitam em redor da França. Os factos que desmentiriam esse systema são ommittidos, são pelo menos acanhados; que não protestem contra a verdade franceza.

Assim a nós filhos de Portuguezes, que já tinham as suas cortes de Lamego, que já tinham a admirável legislação das ordenações, apresentam elles a civilisação moderna nascendo do triumpho de Luiz XI, de Richelieu, de Luiz XIV sobre afidalguia, e quando a Inglaterra já tinha tido o seu parlamento, e sua famosa revolução politico-religiosa, a declaração de direitos do seu Guilherme IV e os escriptos do seu Loke, quando a Itália já de ha muito tinha tido as suas republicas, commerciaes, quando a Hespanha já de ha muito ostentava os foros de Aragão, dizem elles do seu Montesquieu;—o homem havia perdido os seus direitos; Montesquieu os achou, e lh'os restituiu!...

O compêndio de Julio Frank (1808-1841), *Resumo de História Universal* (1839), foi outra obra adotada para o ensino de História no Liceu Provincial. Professor de História, Filosofia e Geografia do curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo. De acordo com *O Arauto*³ (2006), baseado em grande parte na obra do alemão Poelitz, o resumo de Frank foi escrito para ser usado pelos alunos das “Aulas Menores”⁴ anexas ao curso superior de Direito, em São Paulo.

A terceira obra que figurou nas aulas de Geografia e História do Liceu Provincial das Alagoas foi o *Compendio de Geographia Elementar* (1836), de José Saturnino da Costa Pereira (1773-1852).

Nascido em Sacramento, Costa Pereira foi presidente da Província de Mato Grosso (1823), senador do Império (1828) e Ministro da Guerra (1837). Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra e oficial engenheiro do Real Corpo foi ainda professor da Escola Militar do Rio de Janeiro. Possuidor de uma extensa produção intelectual em áreas distintas, publicou, dentre outras obras, *Leituras para meninos* (1818)⁵, contendo lições morais e diálogos sobre Geografia, Cronologia, História de Portugal e História Natural. Entretanto, sua maior contribuição foi para a área das ciências e matemática, especialmente para o desenvolvimento do Cálculo das Variações⁶.

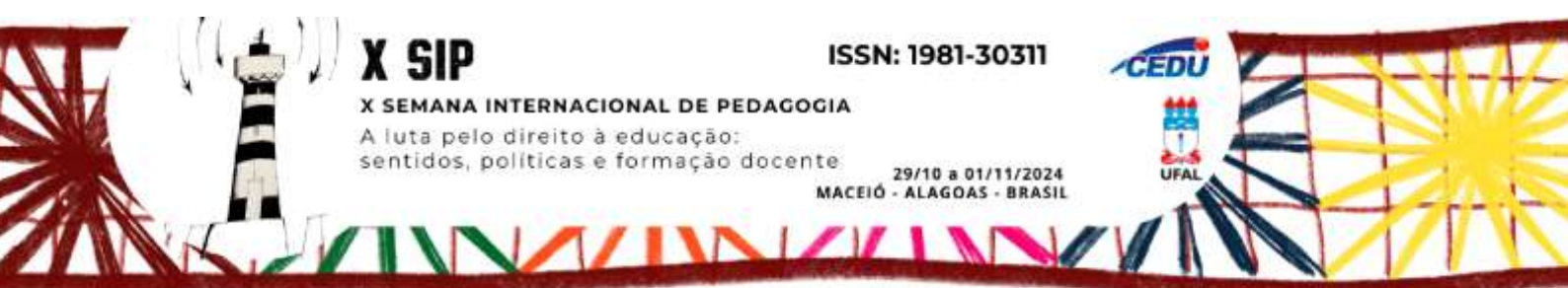
Para os anos de 1858 e 1859, as obras adotadas foram: as *Lições de Geographia* (1838), do Abbade Gaultier, para Geografia; o *Compendio elementar de Chronologia* (1843), de Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro (1809-1871), para Cronologia; e o de Gottofredo e Roquete, para História.

³ Informativo do Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Direito da USP.

⁴ Após a criação dos cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro em Olinda, foram criadas também as chamadas “Aulas Menores” anexas aos cursos superiores, as quais tinham a função de preparar os alunos para a realização dos exames e posterior ingresso nas faculdades.

⁵ Segundo Lopes (2009), *Leituras para meninos* foi publicada na mesma linha que *Tesouro dos meninos*, obra traduzida do francês por Mateus José da Rocha, um dos primeiros livros didáticos a circular no Brasil.

⁶ A respeito dessa temática consultar Magalhães (2006).



As *Lições de Geographia* (1838) do Abbade Gaultier⁷ tinham por objetivo “[...] proporcionar à mocidade portuguesa e brasileira um compêndio de Geografia apropriado aos seus estudos elementares” (Oliveira, 2011, p. 52). Editado pela primeira vez na França, em 1837, a obra foi traduzida por uma Sociedade de Literatos Portugueses no ano seguinte. Suas 330 páginas estão divididas em três partes: *Nomenclatura geographica*, *Noções de Geographia Histórica e Política* e *Elementos de Cosmographia*. As partes, por sua vez, estão divididas em Seções e estas em Lições. As duas primeiras seções, por exemplo, são dedicadas ao estudo dos continentes (Oliveira, 2011).

A obra de Gaultier (1838) apoia-se no método consagrado pela Escolástica no final da Idade Média e utilizado pelos jesuítas, que ficou conhecido como método “catequético”, ou dialogístico, com perguntas e respostas.

MESTRE. *Que cousa he geographia?*

DISCIPULO. He huma sciencia, que ensina o nome e a situação dos diversos paizes e nações da terra.

E que he o significa a palavra geographia?

Significa descripção da terra.

Que figura tem a terra? He senisivelmente redonda, e tem a forma d’hum globo ou d’huma bola (Gaultier, 1838, p. 1).

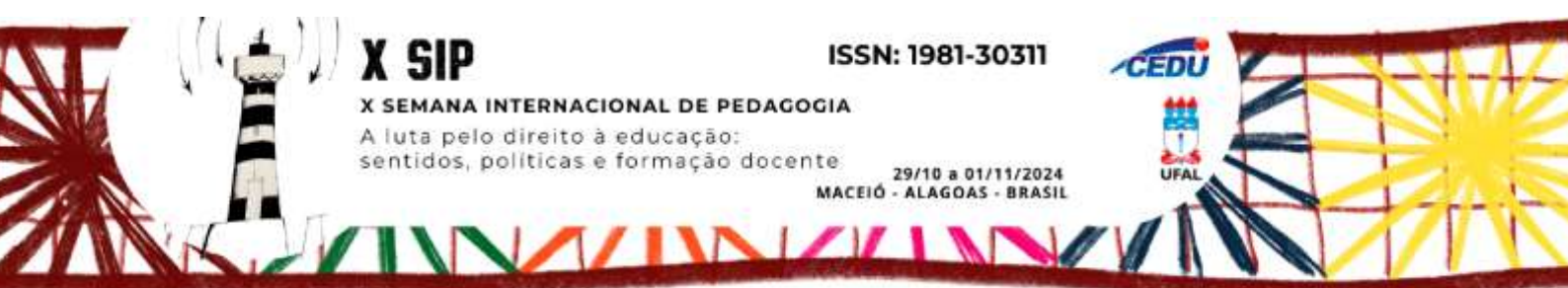
Dessa forma, o conhecimento era ensinado a partir da relação *Mestre*, detentor do conhecimento, e *Discípulo*, que deveria aprender o conhecimento com precisão matemática. A respeito desse método, Madeira e Reis (2011, p. 6) afirmam que “[...] perguntas e respostas não deveriam alimentar dúvidas: a clareza e a objetividade seriam elementos essenciais na transmissão daquele saber definitivo ou saber-verdade, como assim recomendava a versão cartesiana do conhecimento”.

Outra obra utilizada em 1858 e 1859 foi o *Compendio elementar de Chronologia*, de Abreu e Castro, publicado no Recife, pela *Typographia de Santos e Companhia*, em 1843. Natural da Vila do Nogueira do Cravo, Portugal, Abreu e Castro foi professor de História, Geografia e Latim, no Colégio Pernambucano.

Em 1858, o alagoano Thomaz do Bomfim Espíndola assumiu interinamente a cadeira de *Geographia, Historia e Chronologia* do Liceu, passando a ser professor efetivo em 1869. Enquanto lente catedrático, Espíndola publicou o compêndio *Elementos de Geografia e Cosmografia* (1860)⁸, para uso dos alunos do Liceu e da Escola Normal. O texto da terceira edição (1885) contém 332 páginas e é dividido em cinco partes: a primeira intitulada *Elementos da Geographia geral*; a segunda dedicada aos aspectos físicos dos continentes; a terceira da *População do globo*; a quarta nomeada *Geografia particular do Brasil*; e a quinta denominada *Geographia Mathematica*.

⁷ Uma análise mais detalhada da obra pode ser encontrada em OLIVEIRA, 2011.

⁸ A obra contou com três edições 1860, 1874 e 1885. A terceira edição da obra está disponível na íntegra no site do Grupe de Estudo e Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura, no endereço: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/elementosdegeographiaecsmographia.pdf>.



Segundo Herculano (2014), Espíndola concebe a Geografia como sendo dividida em quatro partes: física, política, matemática ou astronômica e histórica. Essa divisão, ainda segundo a autora, assemelha-se a organização metodológica da Geografia proposta pelo alemão Humboldt, uma das referências de Espíndola.

A exemplo da obra do Abbade Gaultier, o texto de Espíndola utilizava o método dialogístico, com perguntas e respostas. Em uma das lições o autor passa a classificar, numa perspectiva evolutiva, os humanos em três grupos: selvagens, bárbaros e civilizados. Espíndola qualificava os povos em linhas que iam do atraso ao progresso:

M. – Como se classificam os povos segundo o seu progresso material, intellectual e aperfeiçoamento moral?

D. – Em *selvagens*, *bárbaros* e *civilizados*.

M. – O que são povos *selvagens*?

D. – São os que ignoram ou conhecem mui imperfeitamente a arte de escrever e as outras mais necessarias á vida; mantem o menor numero de relações com outros povos; e em geral são dados á pesca, caça ou pastoricia; vivem n'um estado nômade e pugnando pela liberdade natural: alguns são ate antropophagos, ou comem carne humana.

M. – O que são povos *barbaros*?

D. – São os que conhecem a arte de escrever e as outras mais necessárias a vida e não tem língua polida, nem legislação bem conhecida; dão grande apreço à profissão da guerra e pouco ao estudo e aperfeiçoamento das sciencias e artes.

M. – E *civilisados*?

D. – São os que teem lingua polida, legislação bem conhecida, governo activo e providente; teem em grande estima as sciencias e artes, marchando o seu progresso material e intellectual, mais ou menos, a par do aperfeiçoamento moral.

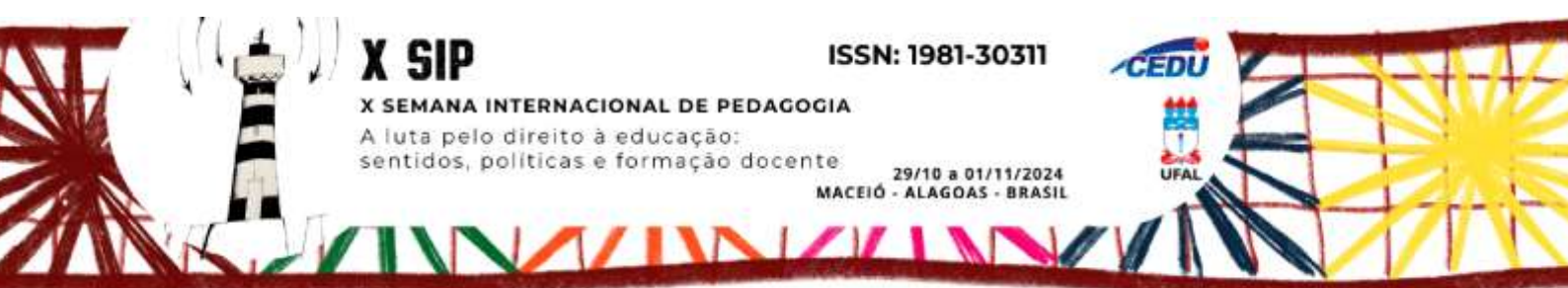
M. – Quantas especies de civilização há no globo?

D. – Duas: a *européia* e a *asiática*, ambas as quaes distinguem-se entre si pela sua moral, usos e costumes (Espíndola, 1885, p. 41-42, grifos meus).

Para Elias (2011), o conceito de civilização pode ser definido como aquilo que o Ocidente concebe de si mesmo, uma vez que não se pode defini-lo rigorosamente, pois “[...] nada há o que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’ [...]” (Id., p. 23). Assim, é aquilo que o ocidente se orgulha, que lhe faz julgar-se superior as outras sociedades, isso corresponde ao “[...] nível da *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo [...]” (Ibid.).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme é possível verificar, as obras adotada para o ensino *Geographia*, *Chronologia* e *Historia* utilizadas no *Lyceu* Alagoano no século XIX estavam



carregadas daquilo que a Europa expressava como consciência de si mesma. Concebidas a partir de um “eurocentrismo”, próprio aos intelectuais da época, os compêndios utilizados reforçava que os povos europeus e asiáticos estavam à frente dos demais devido ao seu desenvolvimento cultural, científico e industrial. Esse tipo de raciocínio, que diminuía a cultura de outros povos, inclusive a brasileira, e excluía os índios, negros e mestiços por “não serem portadores da noção de civilidade”, era disseminado aos alunos do Liceu.

A escolha de compêndios para uso no Liceu das Alagoas era feita a cada início de ano letivo, e não passava por muitas discussões. Via de regra, não havia mudanças nos textos, nem contestações às listas. Ano a ano, as mesmas se impunham pela sua autoridade, visto que eram consideradas as melhores obras para o ensino secundário, à época. Ademais, faziam parte do rol de textos e manuais utilizados no Colégio de Pedro II e nos demais colégios e liceus do país, à época.

REFERÊNCIAS

DE CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: DE CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

ESPINDOLA, Thomaz do Bomfim. **Elementos de Geografia e Cosmografia oferecidas à mocidade alagoana**. Maceió: Typ. da Gazeta de Notícias, 1874.

GAULTIER, Abade. **Lições de geografia**. Paris, Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1838.

HERCULANO, Edgleide de Oliveira. **Thomaz Espindola**: um alagoano e seus escritos sobre a educação no Império. Dissertação (Mestrado em Educação). Maceió-AL: Universidade Federal de Alagoas, 2014.

OLIVEIRA, Mizaél Fernandes de. **A institucionalização da Geografia escolar e sua espacialidade nos oitocentos (1843-1889) na Província Capixaba**. UFES: Vitória, 2011.

ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de historia universal** (Volume I: Historia Antiga). Rio de Janeiro: Typ. do Regenerador de Just. J. da Rocha, 1860.